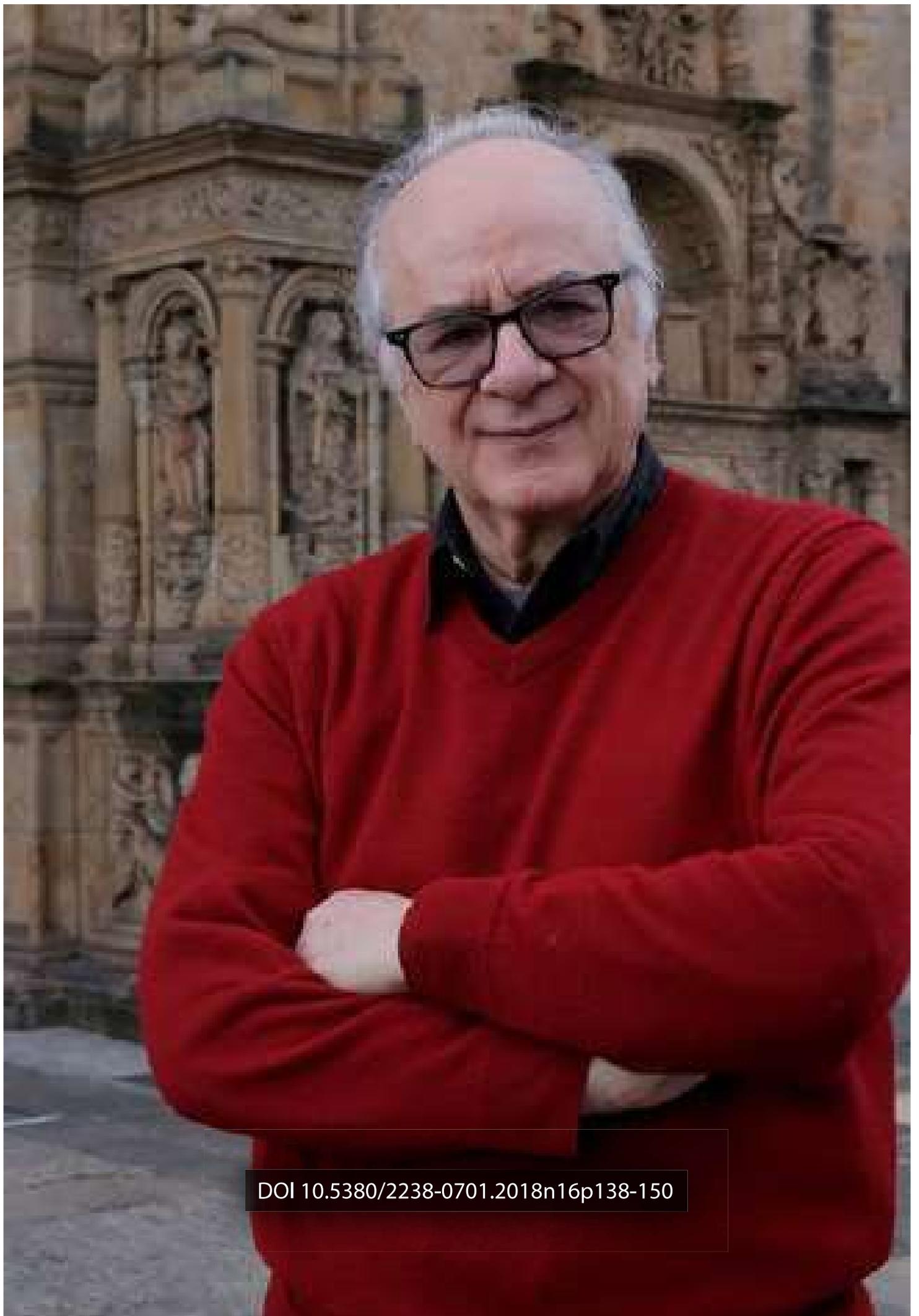


e n t r e
v i s t a





DOI 10.5380/2238-0701.2018n16p138-150

*Comunicação; Epistemologias do Sul; linha
abissal; ecologia de saberes.*





A Comunicação sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos

ELOISA BELING LOOSE ¹

Resumo: O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos já é bastante conhecido no Brasil não apenas por sua produção acadêmica (que é vasta), mas pelo envolvimento que tem com os movimentos sociais e as lutas pelos direitos humanos. Com diferentes laços com nosso País, desde a década de 1970, quando morou no Rio de Janeiro, Sousa Santos frequentemente se faz presente nos debates políticos e nas reflexões universitárias, especialmente nas áreas da Saúde, Direito e Sociologia. Seu trabalho abarca, dentre outras questões, a discussão da necessidade de reconhecermos outros saberes, que foram silenciados e oprimidos pelo colonialismo, patriarcado e capitalismo. Atualmente, o catedrático aposentado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, dirige o Centro de Estudos Sociais (CES), do qual é fundador, e coordena o projeto de investigação ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências o mundo, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação, um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos de pesquisas internacionais. Nesta entrevista, concedida durante a IV ALICE Summer School, dedicada à compreensão e vivência das epistemologias do Sul, Sousa Santos explana sobre como a Comunicação pode ser entendida a partir de sua teoria.

¹ Pós-doutoranda em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Jornalista, mestre em Comunicação e Informação, e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

Palavras-Chave: Comunicação; Epistemologias do Sul; linha abissal; ecologia de saberes.

EBL – No campo da Comunicação, as interfaces com as epistemologias do Sul ainda são recentes, embora possam ser percebidas tanto nos produtos midiáticos quanto nas estruturas dos meios de comunicação. Como acredita que tal perspectiva possa contribuir para os estudos da Comunicação? Há alguma reflexão sobre como os processos de comunicação reforçam ou não a sociologia das ausências?

BSS - A Comunicação é uma área fundamental para o desenvolvimento desta perspectiva das *Epistemologias do Sul* (ES), pois é uma zona de muita contradição atualmente, fundamentalmente porque quem parte das ES dá particular atenção a duas coisas: por um lado, a existência de uma *linha abissal*, que cria formas de exclusão tão radicais, que geram invisibilidade, inexistência social, irrelevância social, e, portanto, realidades que são práticas, que são conhecimentos, que são atividades, que são sabedorias, ficam fora da visibilidade social, porque foram radicalmente excluídos. Nós chamamos isso de uma *sociologia de ausências*. Cabe-nos fazer a denúncia dessa sociologia das ausências e, naturalmente, a comunicação hegemônica é fundamental para as classes dominantes, que tem o objetivo de manter invisível a linha abissal. Para que a linha abissal seja radical ela precisa ser invisível, porque parte da ideia que comunica somente aquilo que é o relevante para comunicar. Inclusive o subtítulo do *New York Times* reflete exatamente isso: “todas as notícias que são adequadas para imprimir”, quer dizer, a comunicação midiática sugere que te dá a conhecer tudo que é relevante no mundo e, para além disso, não existe mais nada. A linha abissal é fundamental para a estrutura de dominação de nossas sociedades, que assume três grandes formas: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Esta dominação é aquela que desenha a linha abissal, para criar exclusão, e serve-se da comunicação hegemônica para que essa linha abissal esteja tão presente que não se veja, seja naturalizada; é ela que cria o verdadeiramente universal, aquilo que é relevante, o resto não interessa. Por essa razão é fundamental, mas também é preciso notar que hoje a comunicação

tem contradições e tem criado formas, que podemos designar de comunicação contra-hegemônica. São todas as redes comunitárias, sociais, de rádio, de imprensa, de publicação de livros, de televisão, não apenas nas línguas coloniais (português, inglês, espanhol), mas nas línguas nacionais de povos indígenas, que difundem com suas línguas e suas lógicas, suas cosmovisões, seus interesses e suas aspirações. Hoje a Comunicação Social está atravessada por esta contradição. Em tempos recentes houve um espaço mais significativo para comunicação contra-hegemônica do que hoje e isso é um reflexo do contexto social e político global no qual a gente vive. Este contexto agora, particularmente no Brasil, caracteriza-se por um ciclo conservador global, muitas vezes reacionário, associado a muitos interesses das classes que sempre dominaram, e que fortalecem a comunicação hegemônica. A primeira medida do neoliberalismo foi lutar contra a comunicação pública; isso aconteceu nos continentes americano e europeu, mas na Europa não teve tanto êxito – porque alguns canais públicos se mantiveram com grande audiência. O continente latino-americano é um dos continentes onde o monopólio privado dos meios de comunicação é comandado por famílias de grande poder econômico e político – porque não foi regulamentado o direito à comunicação, de modo que a comunicação, mesmo sendo privada, pudesse ter mais autonomia. Hoje quase não há autonomia e continuamos a assistir a uma patrimonialização e monopolização privada em torno das poucas famílias que controlam a mídia hegemônica. A comunicação tem um potencial contra-hegemônico, que precisamos alimentar. Para ser contra-hegemônica da perspectiva das ES, ela precisa de denunciar a linha abissal, para abrir espaço para surgir a sociologia das emergências, isto é, para tornar visível a criatividade social, política, filosófica, que existe no mundo do outro lado da linha. Para isso, a comunicação não pode dar visibilidade a essa zona com os critérios, princípios e teorias que, de alguma maneira, formaram a comunicação hegemônica. Porque nessa altura ela pode ser politicamente contra-hegemônica, mas, de fato, é eurocêntrica, pois continua não reconhecendo as cosmovisões indígenas, dos quilombolas, das mulheres das periferias e dos conhecimentos que surgem dos movimentos sociais, considerando que isso não é relevante. Ou então dar-lhe uma leitura monocultural. O próprio marxismo, que por muito tempo, formou a comunicação que se opunha ao sistema hegemônico era – e continua a ser muitas vezes – monocultural. Esta comunicação

contra-hegemônica não consegue dar o passo adiante das ES, que não é dar voz, mas abrir espaço para que estas vozes sejam ouvidas, as vozes dos radicalmente excluídos. E, para isso, tem que aceitar outros discursos, outras formas de comunicação, outras linguagens, que talvez nem sejam codificados em conceitos conhecidos pela comunicação contra-hegemônica. É preciso reconhecer esses saberes a partir de suas próprias perspectivas. Nesse sentido, a Comunicação pode se relacionar positivamente com as ES.

EBL -Quais os principais problemas que identifica na cobertura dos *media* brasileiros? Como faz a associação do trabalho midiático com a ideia da linha abissal?

BSS – Acompanho a cobertura dos *media* brasileiros há muitos anos, há pelo menos 40 anos. Embora tenha passado por diferentes períodos políticos e eu não tenha vivido ativamente o momento da ditadura, li o suficiente para entender, por exemplo, que a *Rede Globo* teve um papel importante em legitimar o golpe que deu origem à ditadura militar e, neste momento, teve um papel importante no golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff e a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e é a mesma família quem a controla ainda. Há continuidades que ao longo desse período se mantiveram no sentido de uma concepção bastante conservadora, de uma oligarquia que se modernizou – que hoje tem interesses financeiros e está ligada a interesses multinacionais - , mas tem em si mesma, no seu código genético, um país que nunca se libertou verdadeiramente do colonialismo, que teve uma independência parcial. Na América Latina acabou o colonialismo externo, mas se continuou com o interno, pois a independência foi concedida para beneficiar os colonos e não as populações originárias. Logo, muitas vezes, na polarização de classes, de diferenças econômicas, acompanha-se de concepções racistas, extremamente agressivas, e, portanto, vê-se uma linha de continuidade nesta comunicação hegemônica. Mas, obviamente, houve uma evolução, uma transição democrática, mas limitada – só recentemente surgiram a campanha da anistia e as comissões da verdade, sempre restritas porque foi uma transição de pacto, ao contrário da transição portuguesa, que foi uma revolução. A dominação política, nos anos seguintes, associa-se a uma dominação simbólica e social, que busca doutrinar as classes populares na lógica da

sociedade de consumo e na lógica dos valores burgueses, sendo, dessa forma, fundamentalmente uma comunicação burguesa – o que pode ser visto nas telenovelas desde os anos 1980, que apresentavam os conflitos que interessavam para a classe média e a classe alta. Nos estudos feitos a partir desses produtos, percebe-se um Brasil extremamente hierárquico, racista, (ainda que se quisesse disfarçar), e socialmente polarizado. Era ali que estava a linha abissal. Obviamente não havia uma novela que captasse a perspectiva do lado colonial– ela sempre estava em posição subordinada. Dessa maneira, nos planos social, ideológico e cultural, a linha abissal foi fundamental no período democrático. Nesse momento, temos uma síntese entre o lado político da comunicação hegemônica e seu lado social e ideológico, e foi por isso, por vezes, que se conseguiu que tanta gente, tão rapidamente, perdesse lealdade ao governo que, apesar de seus erros e limitações, era aquele que tinha feito mais para a inclusão social das classes populares. É evidente que isso tem força em um país onde as classes populares assistem quatro ou cinco horas de televisão por dia, sempre com a mesma narrativa, abissal, extremamente dominante e obsessiva, mas inteligente e bem-feita tecnicamente, para seduzir e tornar invisível a linha abissal. Quanto mais invisível é a linha abissal, mais radical e importante é a exclusão, pois desarma. Se eu não vejo a linha, não tenho motivo para lutar; porque acho que ela não existe. A comunicação social hegemônica é um grande convite para que você desista das lutas mais radicais.

EBL – As epistemologias do Sul buscam dar visibilidade a uma série de aspectos que são silenciados pelo pensamento do Norte. Como entende o papel dos jornalistas neste contexto? É possível que eles contribuam com outro olhar não apenas na comunicação contra-hegemônica (ou alternativa)?

BSS - Já houve um tempo em que foi mais fácil para os jornalistas. Eles tinham mais autonomia, independência, e havia essa cultura que garantia uma liberdade aos profissionais de tal modo que os proprietários dos meios de comunicação tinham muito pouca interferência no trabalho dos jornalistas. Hoje isso está a desaparecer. Os grandes jornalistas do *New York Times* ou do *Washington Post* estão hoje todos em meios de comunicação alternativo. Por exemplo, o Chris Hedges foi um grande jornalista que cobriu a guerra do Vietnã e a guerra do Iraque, até que,

obviamente, começou a ter instruções políticas sobre o jornal que condicionou o trabalho dos jornalistas. Criou-se uma categoria durante esse período mais recente (começo dos anos 2000) chamada *embedded journalism*, que é uma categoria tenebrosa, que consiste em dar ao poder político a escolha da decisão sobre quais são os jornalistas creditados para ter acesso a informações estratégicas. Isso é feito a nível nacional e internacional. E aí a embaixada norte-americana, por exemplo, tem uma grande capacidade para convocar jornalistas de países onde há alguma turbulência para credibilizar e dar informação privilegiada a esses jornalistas, mas não a todos os jornalistas, e, assim se criam jornalistas fiéis politicamente... Hoje, o grande problema do jornalismo não é a censura dos proprietários dos meios de comunicação, mas a própria autocensura; e há, muitas vezes, o convencimento de que o jornalista não vê que se está a autocensurar. Assim, a linha abissal cruza a sua cabeça e ele acredita que pensar como patrão é a melhor forma de ser independente – e não está a ser. Por isso, os jornalistas verdadeiramente independentes estão optando por meios alternativos de comunicação.

EBL – Qual seria o caminho possível para se obter um pensamento mais crítico e colaborar com uma cobertura diferente, mais independente? A formação seria um aspecto a ser considerado?

BSS - A formação é crucial, sobretudo, nas áreas de ética jornalística, de deontologia. Hoje os cursos tendem a ter uma parte mais tecnocrática, do domínio da comunicação digital, de treinos técnicos, e a parte ética e deontológica fica, muitas vezes, relativamente relegada. Por exemplo, a relação de jornalismo e direitos humanos. Se há alguma legislação e acordos internacionais de direito internacional que devem ser respeitados pelos jornalistas, isso deveria ser parte de sua formação integral e com grande espaço. Há muitos cursos de Jornalismo que não tem nenhum espaço para direitos humanos, por exemplo, ou para uma visão sociológica da sociedade. Ou seja, a formação tende a ser muito técnica e não ter componente sociológica forte, tal e qual a formação dos juízes tende a ser muito ligada ao direito e não à componente social.

EBL – A Comunicação Ambiental, um subcampo da Comunicação, já considera alguns pontos de sua teoria, como a tentativa de

romper com as monoculturas existentes por meio da ecologia dos saberes e a contextualização dos globalismos localizados. Contudo, este entendimento ainda é pontual. Quais são as emergências que identifica na Comunicação Ambiental?

BSS – Quando falamos da área ambiental, sugiro pensar nos mesmos dois passos para se ter a alguma participação das ES na concepção da Comunicação: é preciso abrir espaço para outras cosmovisões, mas também é preciso levá-las a sério. Temos hoje, na área socioambiental, um problema conceitual: os grupos sociais que estão vulnerabilizados pela questão socioambiental, para além da classe média com consciência ecológica, são as populações ribeirinhas, caiçaras, indígenas... e, muitas vezes, estas culturas não têm conceito de meio ambiente, porque não precisam. O meio ambiente só existe em uma cultura que destrói o meio ambiente. Porque há 500 anos – e até antes – a forma de gerir a natureza (que, muitas vezes, nem aceita a nossa distinção entre sociedade e natureza) era ecologicamente sustentável e a prova é que você tem hoje a defesa da conservação e da biodiversidade nas comunidades que sempre geriram daquela forma – e não nas zonas de cimento criadas pelos brancos e mestiços. Logo, a primeira coisa que deveríamos fazer é aprender com eles – e não ensiná-los o que é conservação. Temos de aprender pois hoje 75% da biodiversidade do mundo está em comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Para tanto, é preciso não apenas reconhecer as populações, mas também os seus conhecimentos. E, às vezes, o conhecimento eurocêntrico não permite que outros conhecimentos sejam reconhecidos. No Brasil, por exemplo, a legislação às vezes se opõe à população que sempre utilizou aquele território. Quando se cria um parque onde não há possibilidade de exploração por indígenas ou quilombolas. Baseados em uma concepção eurocêntrica, geram-se conflitos, pois as populações são expulsas ou precisam viver sob orientações de códigos – e estas populações sempre conservaram. É evidente que é preciso considerar que, por vezes, hoje, as populações estão contaminadas por esta lógica eurocêntrica e, por isso, pode ver líderes indígenas apoiar grandes empreendimentos turísticos, isto é, a lógica da utilização capitalista de recursos também entrou nas comunidades que agora mais sofrem com a agressão ecológica que tem sido feita. E precisamos lidar com isso. No geral, as populações indígenas, pesqueiras, das águas e das florestas

têm conseguido manter sua cosmovisão e sua identidade. No momento em que uma educação para o jornalismo socioambiental respeitar esses conhecimentos outros, obviamente é que uma grande brecha dentro da Comunicação.

EBL – Da mesma forma que coloca que os pesquisadores estão centrados mais na audição e visão, os jornalistas também costumam estar distantes da chamada “razão quente”, muito em função da busca pela objetividade. Como percebe este posicionamento?

BSS – A autonomia do jornalista é importante para a objetividade. Objetividade não quer dizer neutralidade, ou seja, ser objetivo é garantir pluralismo de opiniões e metodologias que garantam esse pluralismo de opiniões seja expressado. O jornalista que se diz neutro e que não toma posição, normalmente, nas situações de grande conflito coletivo, coloca-se do lado dominante, daquele que tem mais poder. A neutralidade nunca foi possível. Portanto, uma comunicação contra-hegemônica precisa ser objetiva, mas não neutra. Às vezes, o jornalista confunde neutralidade e objetividade, mas os proprietários dos meios de comunicação conhecem muito bem que há a distinção e o controle que exercem hoje sobre os jornalistas é para que haja confusão. Logo, a neutralidade acaba por ser a posição da parte dominante do conflito, que é a parte colonialista, patriarcal e capitalista.

EBL – Para encerrar, acredita que esta mesma “estratégia” de suposta neutralidade é acionada na discussão sobre regulamentação dos meios de comunicação no Brasil a partir do discurso da liberdade de expressão?

BSS – Absolutamente. É extremamente suspeita a questão da liberdade de expressão, porque qualquer regulação dos meios de comunicação é considerada um atentado à liberdade de expressão, quando a liberdade de expressão não pode ser entendida como a liberdade de cinco famílias no Brasil dizerem tudo o que querem sobre o que querem, seus objetivos, e ter muita opinião pública silenciada. Precisamos distinguir opinião pública de opinião publicada. É preciso ter regulamentação, mas, como o neoliberalismo entrou com força nos *media*, eles conseguiram

colonizar inclusive a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que o único trabalho permanente que tem é livrar questões de imprensa. Ou seja, qualquer pequena tentativa de regulamentação é considerada censura e tem, imediatamente, um conjunto de peritos internacionais a dizer que está a fazer censura. Isso ocorreu no Equador e recentemente na Argentina. Talvez, por isso, o Brasil não avançou em nenhuma forma de regulação nos últimos 15 anos.



